

PEDRO PINHO – O SÉCULO XX

I – O PODER FINANCEIRO NO SECULO XX

II – GEISEL E A TRAJETÓRIA NACIONALISTA

XX

I – I – O PODER FINANCEIRO NO SECULO XX

Da Redação VIOMUNDO

A partir desta segunda-feira, 08/08, o administrador Pedro Augusto Pinho, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), publica aqui no Viomundo uma série de quatro artigos exclusivos sobre o sistema financeiro no século 21.

“Não é apenas a história de fatos e pessoas, é a história do poder”, frisa.

— E quem é poder?

“É aquele que está por trás dos governos, dos Estados, da construção de seu pensamento, pelo que denominamos “pedagogia colônia”, expõe.

Em resumo: é aquele que efetivamente manda.

— Mas isso é teoria da conspiração! — rebaterá um incrédulo.

Pedro Augusto Pinho responde com a fina ironia de um grande amigo, o jornalista Beto Almeida: “eu só conheço a prática, não a teoria da conspiração”.

— Por quê?

Porque a história do poder, diz ele, é a história de disputa que prefere não se identificar.

Os poderes usam máscaras, fantasias, assumem diferentes ideais para que não sejam identificados. Só o tempo os deixa mais vulneráveis.

Um exemplo disso é o poder do cristianismo na Idade Média.

O Papa era seu mais alto dignitário. O Papa é que coroava os reis e, assim, lhes dava autoridade para dirigir a sociedade. A Igreja combatia os que disputavam com ela esta força, chamando-os de hereges, infiéis, renegados, até, a suprema injúria, ateus.

Pedro Augusto Pinho antecipa:

1. Caro leitor, o artigo que se segue apresenta a história como uma aventura, a luta dos poderes, aqueles que estavam em combate do fim do século 19 até o fim do século 20, e o que nos sucedeu depois, neste início do século 21

FINANÇAS NO SÉCULO 21

*Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

A série “As finanças no século 21*”, de Pedro Augusto Pinho, é composta de quatro artigos. Ver portal VIOMUNDO

Pedro Augusto Pinho: A perda do poder financeiro no século 20

Pedro Augusto Pinho: As alianças e máscaras na luta pelo poder

Pedro Augusto Pinho: Cronologia do golpe contra a soberania e a cidadania

Pedro Augusto Pinho: A vitória das finanças apátridas

I - Pedro Augusto Pinho: A perda do poder financeiro no século 20

Da Redação

A partir desta segunda-feira, 08/08, o administrador Pedro Augusto Pinho, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), publica aqui no Viomundo uma série de quatro artigos exclusivos sobre o sistema financeiro no século 21.

“Não é apenas a história de fatos e pessoas, é a história do poder”, frisa.

— E quem é poder?

“É aquele que está por trás dos governos, dos Estados, da construção de seu pensamento, pelo que denominamos “pedagogia colônia”, expõe.

Em resumo: é aquele que efetivamente manda.

— Mas isso é teoria da conspiração! — rebaterá um incrédulo.

Pedro Augusto Pinho responde com a fina ironia de um grande amigo, o jornalista Beto Almeida: “eu só conheço a prática, não a teoria da conspiração”.

— Por quê?

Porque a história do poder, diz ele, é a história de disputa que prefere não se identificar.

Os poderes usam máscaras, fantasias, assumem diferentes ideais para que não sejam identificados. Só o tempo os deixa mais vulneráveis.

Um exemplo disso é o poder do cristianismo na Idade Média.

O Papa era seu mais alto dignitário. O Papa é que coroava os reis e, assim, lhes dava autoridade para dirigir a sociedade. A Igreja combatia os que disputavam com ela esta força, chamando-os de hereges, infiéis, renegados, até, a suprema injúria, ateus.

Pedro Augusto Pinho antecipa:

1. Caro leitor, o artigo que se segue apresenta a história como uma aventura, a luta dos poderes, aqueles que estavam em combate do fim do século 19 até o fim do século 20, e o que nos sucedeu depois, neste início do século 21
2. Esta aventura lhes demonstrará o sentido das guerras, os verdadeiros vencedores e a astúcia dos derrotados, as máscaras e fantasias do poder. Fatos desconexos passarão a ter sentido.
3. Nosso principal personagem é o sistema financeiro, que irá também se transformando ao longo do tempo.

O que chamávamos de a banca na Inglaterra do século 20, hoje é um sistema apátrida e seus agentes são os “gestores de ativos”, que captam suas suadas poupanças para lhes impor o desemprego, a miséria, a doença e a morte.

Segue o artigo número 1. A cada dois dias, será publicado um novo.

A PERDA DO PODER FINANCEIRO NO SÉCULO 20

Por Pedro Augusto Pinho*, especial para o Viomundo

O mundo que existia na passagem do século 19 para o século 20 era multipolar, ainda que o financismo do Império Colonial Britânico tivesse predominância, mas, na Europa, encontrávamos os Impérios da França, da Holanda, da Dinamarca, da Alemanha, da Itália, de

Portugal, da Espanha, parte do Império Otomano e, fora da Europa, o Império Japonês e a expansão fora das fronteiras dos Estados Unidos da América (EUA).

Países independentes, ou seja, fora desses impérios subordinavam-se ao poder de algum deles.

O Brasil se curvava aos banqueiros ingleses, donos da dívida contraída desde a Independência, em 1822. Estimava-se que, em 1900, a população mundial tinha 1.633 milhões habitantes.

Nos primeiros 20 anos do século 20 houve enorme transformação provocada pela disputa colonial europeia, conhecida como I Grande Guerra, e o surgimento do socialismo dentro da Europa, com a Revolução na Rússia, em 1918, e a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O poder detido pelas finanças, que desde o século 17 dominava a Inglaterra, e se espalhava por boa parte do mundo, perde força para o poder industrial, que impulsionava um novo imperialismo, começando a formar o mundo bipolar, que se acentuará com o fim da II Grande Guerra, em 1945, e dominará quase todo restante do século 20

Data marcante para o processo que hoje prejudica toda população ocidental ocorreu em 1919, com a derrota financista da I Grande Guerra e o triunfo socialista marxista no Império Russo; a reunião no Hotel Majestique, em Paris, de banqueiros, empresários, economistas, entre eles Maynard Keynes, e jornalistas especializados, no que ficou conhecida como Round Table Group, uma referência à Távola Redonda do Rei Arthur.

Desta reunião, saíram duas organizações básicas para convencer os intelectuais, os governantes e políticos de todo mundo da indispensabilidade da globalização financeira e da necessária redução das ações dos Estados Nacionais: o Council on Foreign Relations, nos USA, e o Royal Institute of International Affairs, no Reino Unido.

Coronel Nandel House, amigo íntimo de Woodrow Wilson, que coordenou o encontro do Round Table Group, se expressou como transcrito: “Há um poder oculto tão organizado, tão sutil, tão atento, tão fechado em torno de si próprio, tão completo, tão corruptor que não se pode elevar a voz quando se desejar criticá-lo”.

E esse poder, que se defende com a ironia das teorias da conspiração, estabelece os paradigmas para o que seja Liberdade e Democracia, duas cínicas mentiras do capitalismo global.

Globalização que John Galbraith não considerava um conceito sério. “É um artifício que nós, norte-americanos, montamos para controlar o mercado dos outros países”.

Este artigo inicia uma sequência de análises que objetivam demonstrar o quanto o Brasil e os brasileiros estão longe de agir em seu proveito, isto é, na defesa da autonomia decisória da Nação, que chamamos Soberania, e na defesa do povo brasileiro, que denominamos construção da Cidadania, pois é um processo permanente.

Acabemos com a mentalidade colonial, já identificada num dos primeiros historiadores brasileiros, Capistrano de Abreu, e que está sempre sendo reforçada pela pedagogia colonial, facilmente encontrada nas mídias hegemônicas no Brasil.

Galbraith chamava a atenção para as pessoas que se enrolam em ideologias, em vagos conceitos como direita e esquerda, e deixam com isso de ter o claro conhecimento da realidade que, ao fim, se imporá sempre.

A pedagogia colonial sempre aposta na desinformação, como ocultar o caráter nacional das forças produtivas, da geração de energia, que entra em contradição com sistemas transnacionais, como o das finanças.

Não é por acaso que o poder financeiro que se instalou nos anos 1990 prega o estado mínimo. Estado apenas para a repressão aos miseráveis que, com seu poder, se multiplicam.

*Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Diário da Resistência

2. Pedro Augusto Pinho: As alianças e máscaras na luta pelo poder

Por Redação

O segundo artigo da série Finanças no século 21

Por Pedro Augusto Pinho*

Tratamos das finanças no particular entendimento de um poder. Ou seja, de um segmento da sociedade que busca impor aos demais sua vontade.

Neste caso, sua existência é muito antiga. Já encontramos em Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), nos “Econômicos”, tomo II, quando trata, nas formas da economia, dos rendimentos: “a principal fonte de rendimento é a terra; em seguida está o lucro das atividades periódicas; por último os juros de empréstimos em dinheiro” (adaptação para publicação no Brasil, da tradução das Obras Completas de Aristóteles por Delfim F. Leão, para Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2004; WMF Martins Fontes, SP, 2011).

E quanto a esta última, ele considera a mais censurável, pois procura criar dinheiro a partir do próprio dinheiro, forma contrária à natureza.

O filósofo grego apontava as formas de rendimento numa sociedade escravista, onde as mulheres e os escravos não tinham renda do trabalho. Seriam estas o aluguel da propriedade, o lucro do comércio, a venda de quem tem para aquele que necessita, e a mais censurável, a forma negativa da crematística: os juros.

Antes do capitalismo se impor como economia no ocidente, ainda no modo medieval de gerar riqueza, as rendas fundiárias já tinham esta característica das finanças: eram estéreis, nada produziam que não fosse o acúmulo de rendas.

Também incentivavam guerras para conquistar mais terras. Ter-se-ia então, de um lado, as rendas da produção e do comércio: o lucro e o salário do trabalho. De outro, aquelas pela simples propriedade de bens – terra e moedas, o rentismo, com receita de aluguéis e juros.

No artigo anterior, vimos que o rentismo havia perdido seu poder como consequência da I Grande Guerra e da Revolução na Rússia em 1918.

E, já na década de 1920, começa articular sua volta.

No fundamental livro “1984”, de George Orwell, há uma receita de poder: quem quiser controlar o futuro precisa controlar o passado, porém para controlar o passado é necessário controlar o presente.

As finanças derrotadas buscam alianças e o domínio da pedagogia colonial, para construir o passado e apresentar sua projeção de futuro.

Desde o final do século 19, como decorrências da industrialização na Inglaterra, surgiram movimentos que pediam a despoluição de águas e do ar, a proteção contra doenças respiratórias, o saneamento urbano, limitados geograficamente e ao conhecimento tecnológico da época.

Foi este tema que serviu às finanças, antes mesmo da II Grande Guerra, para iniciar seu combate ao industrialismo.

O domínio das mentes já estava ocorrendo desde o século 19, sendo marco ambientalista a criação do Parque Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos da América (EUA).

No domínio da Commonwealth, surgiram no Canadá (1885), na Nova Zelândia (1894) e na Austrália e na África do Sul, em 1898, que também criaram parques nacionais, entendidos como de proteção à natureza selvagem.

A terceira década do século 20 foi particularmente conturbada. As fronteiras europeias, longe de se fixarem pelos armistícios e tratados de paz, ficaram ainda mais contestadas. Dos “grandes impérios” surgiam separações étnicas e de interesses políticos, militares e mesmo familiares. Formaram-se pequenas e “grandes” ententes.

A tentativa da Liga das Nações foi logo descartada pelos EUA, que desenvolviam um sistema industrial próprio, desde a Guerra da Secessão (1861-1865) denominado “American System of Manufacturing”.

Na linguagem atual seria da obsolescência programada, que fez rapidamente colocar no poder o industrialismo e seu sistema de gestão integrada e formação de cartéis.

Tabela constante do livro de Harry Magdoff (“L’âge de l’impérialisme”, Maspero, Paris, 1970) sobre o percentual de capitais investidos no exterior, bem mostra a redução das finanças diante do industrialismo.

A Grã-Bretanha cai de 50,4%, em 1914, para 43,8%, em 1930. A França, outra grande potência colonial, de 22,2% para 8,4%, nos mesmos anos. Alemanha, derrotada, de 17,3% para 2,6%.

Por outro lado, os EUA que investiram 6,3%, em 1914, passaram para 35,3%, em 1930, mesmo a modesta economia canadense, aproveitou o recuo europeu para crescer de 0,5% para 3,1% nos mesmos anos.

Apenas os Países Baixos mantiveram seu padrão de exportadores de capital, com 3,1%, em 1914, e 5,5%, em 1930.

Nas palavras, nas propagandas, em fatos que indiretamente se relacionavam, o financismo vai construindo na mente das pessoas as ideias de sistema mundial, globalização, Estado Nacional desnecessário, limite populacional, ameaça ecológica. Enfim, de um sistema rentista malthusiano que irá construindo pelas décadas seguintes.

Em 17 de setembro de 1928, na Escócia, no Castelo Achnacarry, reuniram-se as maiores empresas do mundo no estratégico bem que movimentaria todo processo industrial e logístico — o petróleo.

Estavam lá a estadunidense Standard Oil de Nova Jersey, a anglo-holandesa Royal Dutch Shell e britânica Anglo-Persian Oil Company.

Vê-se ainda a dominância do capital inglês. Logo se associaram a elas a Standard Oil da Califórnia, a Standard Oil de Nova York, a Gulf Oil e a Texaco, mostrando a imensa transformação que acarretaria a saída das finanças e a assunção da indústria no poder mundial.

Este poderoso cartel, conhecido como das sete irmãs, não supera os trinta anos gloriosos, pelo despontar, pelo surgimento das nações independentes, dos Estados Nação do pós-guerra.

Na sequência veremos as consequências da II Grande Guerra na disputa pelo poder entre o financismo e o industrialismo, camuflada na defesa da família, da religião, da liberdade no mundo ocidental.

*Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

3. Pedro Augusto Pinho: Cronologia do golpe contra a soberania e a cidadania